



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DOUGLAS RAMOS PRIETSCH

**REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: UM ESTUDO A PARTIR DA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO
FEDERAL DO RS**

**Jaguari/RS
2025**

DOUGLAS RAMOS PRIETSCH

**REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: UM ESTUDO A PARTIR DA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO
FEDERAL DO RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Linha de pesquisa: Práticas Educativas em EPT
Macroprojeto: Inclusão e Diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz

Jaguari/RS

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P949r Prietsch, Douglas Ramos.

Representações de inclusão na EPT: um estudo a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS / Douglas Ramos Prietsch — Jaguari, RS, 2025.
80 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, 2025.

1. Inclusão educacional. 2. Acessibilidade. 3. Pessoas com deficiência. 4. Ensino médio integrado. 5. Práticas educativas. I. Título.

CDU 376:37.091.3

Bibliotecário responsável: Josef de Aquino Peruck — CRB 10/002653/O

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DOUGLAS RAMOS PRIETSCH

**REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: UM ESTUDO A PARTIR DA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO
FEDERAL DO RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 25 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAURICIO RAMOS LUTZ**
Data: 02/10/2025 11:34:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **LETICIA RAMALHO BRITTES**
Data: 02/10/2025 16:20:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Letícia Ramalho Brites

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **CHRISTIAN CALDEIRA SANTOS**
Data: 02/10/2025 13:58:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Christian Caldeira Santos

Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DOUGLAS RAMOS PRIETSCH

**REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: UM ESTUDO A PARTIR DA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO
FEDERAL DO RS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 25 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAURICIO RAMOS LUTZ**
Data: 02/10/2025 11:35:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **LETICIA RAMALHO BRITTES**
Data: 02/10/2025 16:20:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Letícia Ramalho Brites

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **CHRISTIAN CALDEIRA SANTOS**
Data: 02/10/2025 13:58:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Christian Caldeira Santos

Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal Farroupilha, pela oportunidade de estudo.

Ao meu orientador, Dr. Mauricio, pela competência, leveza e parceria. Sua acolhida foi essencial para a continuidade desta pesquisa.

À minha família, por ser meu alicerce e inspiração para sonhar cada vez mais alto.

Aos amigos do grupo de *whatsapp* “Pousada da Véia”, por tornar este momento mais alegre.

Ao meu filho, Theo, por entender minhas ausências físicas e por ser a motivação principal desta realização.

Ao meu amigo Pingo, por me incentivar com constância, bom humor e amizade genuína a concluir esta etapa tão importante.

À minha amiga, Tainá Fernandes, por estar ao meu lado nos momentos mais intensos da parte final deste mestrado. Sua ajuda foi essencial, seja com palavras de incentivo, apoio prático ou simplesmente com a sua presença.

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inserida no Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT. Nesse contexto, a presente dissertação apresentou como objetivo analisar as barreiras de acessibilidade enfrentadas por estudantes com deficiência no ensino médio integrado de uma unidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, realizada com 10 estudantes com deficiência, maiores de 18 anos, que ingressaram na instituição por meio do sistema de cotas entre os anos de 2023 e 2025. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com um roteiro de perguntas semiestruturadas, posteriormente analisadas com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciaram duas categorias principais de barreiras: pedagógicas e estruturais. As barreiras pedagógicas dizem respeito à falta de adaptações metodológicas, ausência de formação específica por parte dos docentes, dificuldades de organização dos estudos e práticas avaliativas inadequadas, como seminários e provas orais sem adaptação. Já as barreiras estruturais referem-se à falta de acessibilidade arquitetônica e sensorial, como ruídos excessivos, iluminação intensa e espaços pouco adaptados para estudantes com mobilidade reduzida. Destaca-se o papel central do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, apontado pelos participantes como o principal suporte institucional para mediação com professores, organização dos estudos e apoio emocional. Também foi identificado o uso frequente de Tecnologias Assistivas, ainda que seu potencial esteja limitado pela ausência de formação docente para integrá-las de forma efetiva ao cotidiano escolar. Como produto educacional, foi elaborado um “Manual de Inclusão em Sala de Aula”, com orientações práticas para professores do ensino médio integrado, visando promover práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas. O material foi validado por docentes da instituição e recebeu avaliações positivas quanto à sua aplicabilidade, clareza e relevância. Conclui-se que, embora existam esforços institucionais pela inclusão, persistem lacunas que dificultam a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. A superação dessas barreiras exige ações articuladas, formação continuada de docentes, fortalecimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, adequações físicas e uso efetivo de Tecnologias Assistivas.

Palavras-chave: Inclusão educacional; Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Ensino médio integrado; Práticas educativas.

ABSTRACT

The research was developed within the scope of Research Line 1 – Educational Practices in Professional and Technological Education (PTE), under Macroproject 2 – Inclusion and Diversity in Formal and Non-Formal Educational Spaces in PTE. In this context, the present dissertation aimed to analyze the accessibility barriers faced by students with disabilities in the integrated secondary education program of a unit of the Federal Institute of Southern Rio Grande (IFSul). This is a qualitative, descriptive study conducted with 10 students with disabilities, over 18 years of age, who entered the institution through the quota system between 2023 and 2025. Data collection was carried out through interviews based on a semi-structured questionnaire, subsequently analyzed using Bardin's Content Analysis technique. The results revealed two main categories of barriers: pedagogical and structural. Pedagogical barriers concern the lack of methodological adaptations, the absence of specific training among teachers, difficulties in study organization, and inadequate assessment practices, such as seminars and oral exams without adaptation. Structural barriers refer to the lack of architectural and sensory accessibility, such as excessive noise, intense lighting, and poorly adapted spaces for students with reduced mobility. The central role of the Center for Assistance to People with Specific Educational Needs was highlighted, as it was identified by the participants as the main institutional support for mediation with teachers, study organization, and emotional support. The frequent use of Assistive Technologies was also identified, although their potential is limited by the lack of teacher training to effectively integrate them into the school routine. As an educational product, a "Classroom Inclusion Manual" was developed, providing practical guidelines for teachers of integrated secondary education, aimed at promoting more accessible and inclusive pedagogical practices. The material was validated by the institution's teachers and received positive evaluations regarding its applicability, clarity, and relevance. It is concluded that, although institutional efforts toward inclusion exist, gaps persist that hinder the permanence and academic success of students with disabilities. Overcoming these barriers requires coordinated actions, ongoing teacher training, strengthening of the Centers for Assistance to People with Specific Educational Needs, physical adaptations, and the effective use of Assistive Technologies.

Keywords: Educational inclusion; Accessibility; People with disabilities; Integrated secondary education; Educational practices.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAEs – Associações de Pais e Amigos de Excepcionais
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP – Comitê de Ética na Pesquisa
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETFP – Escola Técnica Federal de Pelotas
ETP – Escola Técnica de Pelotas
IFFar – Instituto Federal Farroupilha
IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense
IPT – Instituto Profissional Técnico
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NINA – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
PcD – Pessoa com Deficiência
PEI – Plano Educacional Individualizado
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TA – Tecnologias Assistivas
TCLE – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TECNEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unipampa – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 A implantação no IFSul.....	10
2.2 Estudos de representação social	11
2.3 A inclusão de PcD nos Institutos Federais	12
2.4 Práticas educativas na inclusão PcD	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 População.....	19
3.2 Construção e análise dos dados	20
3.3 Aspectos éticos.....	21
3.3.1 Despesas e Danos	22
3.3.2 Quanto aos riscos.....	22
3.3.3 Benefícios.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Categoria 1: limitações pedagógicas	28
4.2 Categoria 2: limitações na infraestrutura	29
5 PRODUTO EDUCACIONAL	32
5.1 Validação do Produto Educacional	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES	41
Apêndice A – Roteiro para as entrevistas.....	42
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43
Apêndice C – Parecer consubstanciado do CEP	48
Apêndice D – Produto Educacional.....	54
Apêndice E – Validação do Produto Educacional	74

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem um histórico no Brasil marcado por diversas tensões políticas e teóricas, oriundas das transformações que esta sociedade viveu e que serviram para proporcionar um dualismo educacional entre a formação propedêutica para a cidadania e a formação técnica/profissional voltada para o mercado/mundo do trabalho (Oliveira; Delou, 2022). Este histórico transcorre por um germe assistencialista desde seus primórdios, tendo surgido em 1809 com a criação do Colégio das Fábricas, que ofertava cursos de iniciação a ofícios para crianças pobres e órfãs, perpassando por diversos acontecimentos até chegar ao ano de 2008, onde foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro do corrente ano (Brasil, 2008).

Os IFs são criados, segundo Pacheco (2015), com o intuito de “quebrar” essa dualidade entre formação básica e trabalho, em que a formação humana e cidadã precederia a formação para o trabalho, proporcionando a capacidade dos estudantes manterem-se continuamente em desenvolvimento. Esta forma de conceber de um jeito mais humano e completo a formação humana é conhecida como Omnilateralidade. Nela os estudantes se constituem em sua formação em todas as dimensões possíveis, sendo elas física, mental, política, técnico-científica e cultural. A Omnilateralidade que os IFs estão voltados a proporcionar, então, tem papel importante na formação integral dos estudantes, favorecendo a eles uma formação básica aliada à formação para o mundo do trabalho (Ciavatta, 2005).

No ano de 2016, foi criada a Lei n.º 13.409/2016 (Brasil, 2016) que versa sobre a garantia da reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos de ingresso na rede federal de ensino, o que fez aumentar exponencialmente o número de estudantes com algum tipo de deficiência nos IFs em todo o Brasil. Cabe ressaltar que cada Instituto Federal tem autonomia para se organizar de maneira própria para atender e manter os alunos PcD – Pessoa com Deficiência (Trevisan; Ziliotto, 2023). No entanto, acredita-se que esse aumento do número de discentes PcD aliados a uma não uniformização da disponibilidade de práticas educativas, pode favorecer a uma inclusão de baixa qualidade nos IFs.

A inclusão, no contexto educacional, refere-se ao processo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas, sociais ou culturais, tenham acesso, participação e aprendizagem efetiva

em ambientes escolares comuns. Mais do que a simples inserção de alunos com diferentes necessidades em sala de aula, a inclusão pressupõe a criação de condições pedagógicas, estruturais e atitudinais que favoreçam a equidade, valorizando a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo (BRASIL, 2008). Nesse sentido, trata-se de um princípio que busca eliminar barreiras que limitam o desenvolvimento dos estudantes, promovendo uma educação de qualidade para todos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (UNESCO, 2005).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, apresenta em seu artigo 205 que a educação é um direito de todo cidadão brasileiro, devendo o estado provê-la integralmente. Ao proporcionar a educação para todos, alguns enfrentamentos são necessários, como a inclusão de pessoas com deficiência. Neste contexto, a inclusão de PcD tem ocorrido em todos os níveis escolares no Brasil, inclusive nos IFs, porém, não têm sido garantidos a todos eles os meios necessários para a efetiva participação nos processos de ensino e de aprendizagem- (Sonza; Vilaronga; Mendes, 2020).

Compreender os meandros do processo de inclusão das pessoas com deficiência nos IFs revela-se fundamental e justifica a realização deste estudo, uma vez que os resultados aqui apresentados poderão contribuir para o fortalecimento desse processo, que ainda se mostra permeado por inúmeros desafios.

Cabe ressaltar que a escolha deste tema voltado às representações de inclusão na EPT na perspectiva dos estudantes com deficiência, se deu, em virtude da formação e atuação do autor, graduado no ano de 2008 em Fisioterapia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e Especialista em Gestão em Saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2012, tendo como resultado o estudo "Grau de satisfação dos acompanhantes de praticantes de um centro de equoterapia em relação ao serviço oferecido", e o percurso profissional do autor, que do ano de 2010 a 2024 foi fisioterapeuta concursado da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), onde apresentou, entre outras funções, suporte educacional da supervisão de estágio em Fisioterapia Neurofuncional e foi responsável pelo laboratório de Fisioterapia Neurofuncional, onde eram realizadas diversas atividades na área. Neste período, foi membro do Grupo Gestor Pró-Tempore do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) da Unipampa, durante um ano de 2014, no qual eram geridos recursos e políticas implementadas para o processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes de toda a universidade. Na Unipampa também,

participei desde o ano de 2017 da comissão de avaliação da cota de pessoas com deficiência do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Nesta comissão, realizava a verificação de documentação (laudos e exames) dos candidatos a uma vaga no ensino superior nas cotas para pessoas com deficiência, a fim de validar sua condição frente à universidade, deferindo ou não sua matrícula.

Em função do histórico de construção social do autor, citado, somado à necessidade de favorecer uma inclusão de estudantes com deficiência na EPT, esta pesquisa se justifica.

Este trabalho assume como escopo a temática inclusão educacional, tendo como problema de pesquisa: **quais as percepções de estudantes com deficiência acerca das barreiras de acessibilidade vivenciadas em seus trajetos formativos em um Instituto Federal do Rio Grande do Sul?**

Esse trabalho encontra-se vinculado à Linha de Pesquisa 1: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inserida no Macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT. Estando estruturado da seguinte forma: na Introdução, são apresentadas a escolha do tema e a problemática investigada; na seção de Objetivos, estão explicitados o objetivo geral e os específicos; a Fundamentação Teórica aborda o processo de implantação do IFsul, os estudos de representações sociais, a inclusão de pessoas com deficiência nos IFs e as práticas educativas voltadas à inclusão de PcD; em Procedimentos Metodológicos, descrevem-se a amostra, os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como os aspectos éticos considerados; na seção de Resultados e Discussão, são analisados os dados obtidos à luz do referencial teórico, com destaque para as barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos estudantes; em seguida, apresenta-se o Produto Educacional, no qual consta a proposta elaborada e sua validação junto a alguns professores participantes; por fim, nas Considerações Finais, sintetizam-se os principais achados e contribuições do estudo, seguidos das Referências e Apêndices, que complementam e sustentam a pesquisa realizada.

Com base na problemática identificada, o presente estudo apresenta como objetivo geral analisar a percepção de estudantes com deficiência acerca das barreiras de acessibilidade vivenciadas em seus trajetos formativos em um Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E, como objetivos específicos: I) Identificar as principais barreiras de acessibilidade enfrentadas pelos estudantes com deficiência ao longo de seus trajetos formativos no ensino médio integrado; II) Analisar a busca dos

estudantes pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) como estratégia de suporte e mediação diante das barreiras encontradas na instituição; III) Propor e implementar um Produto Educacional que contribua para a inclusão de estudantes ingressantes e/ou para a formação de professores acerca das deficiências e práticas educacionais inclusivas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, o leitor encontrará uma revisão bibliográfica do histórico sobre a inclusão das pessoas com deficiência nos IFs, práticas educativas em inclusão de PcD e estudos sobre representação social de inclusão.

2.1 A implantação no IFSul

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), em sua configuração atual, é resultado de um longo processo de consolidação do ensino técnico na região sul do RS, cujas origens remontam ao início do século XX, na cidade de Pelotas (Pouey, 2012).

Em 1930, o município de Pelotas instituiu a Escola Técnico-Profissional, que em 1933 passou a se chamar Instituto Profissional Técnico (IPT), voltado à formação de artífices. A Constituição Federal de 1937 reforçou a responsabilidade do Estado na oferta de ensino profissional às classes menos favorecidas, o que levou, em 1940, à extinção do IPT e à criação da Escola Técnica de Pelotas (ETP), sob gestão federal. Em 1954, a ETP iniciou seu primeiro curso técnico, em Construção de Máquinas e Motores, atendendo à demanda do setor industrial (Pouey, 2012).

A Lei n.º 3.552/1959 transformou as Escolas Técnicas em autarquias federais, garantindo autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em 1965, a Lei n.º 4.759 determinou a adoção da denominação “federal”, resultando na criação da Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFP). Nesse período, também foram implantados novos cursos técnicos, como o de Edificações. Com a Lei n.º 8.948/1994, todas as Escolas Técnicas Federais se tornaram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Em 1999, foi oficializada a transformação da unidade pelotense em Centro Federal de Educação Tecnológica, ampliando a oferta de cursos superiores e de pós-graduação, além da criação de novas unidades descentralizadas (Pouey, 2012).

O marco mais recente ocorreu com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais a partir dos CEFETs, dando origem ao IFSul (BRASIL, 2008). Com sede em Pelotas e estrutura administrativa composta por pró-reitorias e campi distribuídos pelo estado, o IFSul oferece Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades, de forma integrada à educação

básica e superior. Sua missão institucional é implementar processos educativos públicos e gratuitos, integrando ensino, pesquisa e extensão, com vistas à formação integral, inclusão e desenvolvimento social (IFSUL, 2019).

2.2 Estudos de representação social

As representações são elaboradas pelos seres humanos para poderem compreender o mundo ao seu redor, atendendo à necessidade de comportamento, informação e controle, tanto físico quanto intelectual, sobre sua realidade (Rocha, 2014). As representações sociais emergem do cotidiano e se inserem no diálogo entre indivíduos e sociedade, refletindo a diversidade e a complexidade das relações. É por meio dessas interações que se constroem e reconstroem conhecimentos sobre determinado objeto (Souza, 2020).

As representações sociais são maneiras de entender e interpretar a realidade, facilitando a compreensão de fatos e fenômenos (Durkheim, 1995). Cada pessoa interpreta, adapta e recria essas representações com base em suas experiências e contextos, como afirma Moscovici (2005) ao descrever que as representações sociais não são apenas uma herança coletiva transmitida de forma unilateral ao longo das gerações, elas envolvem um processo no qual o indivíduo desempenha um papel ativo e autônomo.

Segundo Custódio e Kitahara (2017), os estudos de representação social e inclusão vêm sendo abordados tanto pela Psicologia Escolar quanto pela Psicologia Social e da Saúde, sendo um tema importante a partir da necessidade social de encontrar novas soluções para uma prática eficaz de educação inclusiva. Muitas vezes, conforme relatos de professores e informações da literatura e da mídia, observa-se que alunos incluídos ainda enfrentam a falta de acessibilidade física nas escolas.

Conforme relata Fragoso e Casal (2012), embora a inclusão seja hoje o principal paradigma educacional, alunos com necessidades educativas especiais ainda enfrentam discriminação, resultado de representações sociais preconceituosas que persistem. As autoras afirmam ainda que existem muitos estudos sobre inclusão que se baseiam em representações sociais, e a maioria destaca a importância de superar vários obstáculos para efetivar uma política educativa inclusiva. Entre esses desafios estão a falta de recursos, a preparação inadequada dos professores, práticas

pedagógicas pouco adequadas, a necessidade de reestruturação do ambiente escolar, o preconceito em relação à deficiência, a colaboração entre a comunidade e a escola, e a adequação dos currículos. Essas questões precisam ser abordadas para garantir uma inclusão verdadeira e eficaz.

2.3 A inclusão de PcD nos Institutos Federais

A inclusão educacional é uma abordagem de ensino que visa garantir o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência (Pessel, 2021). Ela é baseada em princípios que valorizam as diferenças individuais, a cooperação e a convivência dentro da diversidade humana. Ainda que pessoas com deficiência estejam presentes em todo o percurso da história brasileira e mundial, somente muito recentemente tiveram o seu reconhecimento como sujeitos, especialmente de direito, que deve estar incluso em todos os âmbitos sociais (Pessel, 2021).

A Educação Especial no Brasil, assim como em todo o mundo, foi gerada com base em princípios assistencialistas e clínicos, que possuem, entre tantas outras, características segregadoras e, praticamente, independente da educação das pessoas sem deficiência (Kassar, 2011). Como resultado, a educação especial teve um campo de atuação tão específico que acabou criando um sistema paralelo de ensino que praticamente não mantinha relação com a educação comum. Assim, a educação das pessoas com deficiência ocorria em locais separados e segregados, com foco no ensino excludente que não promovia a acessibilidade necessária para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

A partir da década de 1990, o Brasil iniciou um processo de alinhamento às diretrizes internacionais de direitos humanos e educação inclusiva. Este foi influenciado pela Declaração de Salamanca, de 1994, que estabeleceu princípios, políticas e práticas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994). Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), que incluiu dispositivos voltados para o atendimento especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

O Governo Federal, no ano de 2007, ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, referendada pela Organização das Nações Unidas (Brasil, 2007), conferindo-lhe um grau constitucional. Tal iniciativa buscou defender e

garantir os direitos das pessoas com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo. Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orientou a reorganização das redes de ensino para matricular todos os estudantes, com e sem deficiência, em classes comuns, oferecendo-lhes apoio e recursos necessários para a aprendizagem (Brasil, 2008).

Outra importante medida foi a promulgação da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que consolidou direitos já previstos e estabeleceu novas garantias relacionadas à acessibilidade, participação social e educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino. A estruturação da inclusão de pessoas com deficiência nos IFs ganhou impulso a partir de 2008, com a criação dessas instituições pela Lei n.º 11.892/2008, que definiu, entre seus princípios, a promoção da equidade e da inclusão social.

Nesse contexto, foram instituídos, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, inicialmente vinculados ao Programa TECNEP (Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais). Estes foram criados para planejar, implementar e acompanhar ações de acessibilidade pedagógica, arquitetônica e comunicacional (Brasil, 2000; Brasil, 2013).

Desta forma, tais núcleos passaram a atuar na adaptação de recursos didáticos, na formação continuada de servidores, na orientação de docentes para adequações curriculares e no acompanhamento individualizado de estudantes com deficiência. Também assumiram o papel de promover a utilização de tecnologias assistivas e articular parcerias internas e externas que viabilizem a participação plena desses estudantes na vida acadêmica (Brasil, 2013).

Atualmente, a inclusão de pessoas com deficiência nos IFs ocorre de forma autônoma entre as instituições, que desenvolvem políticas próprias voltadas a favorecer o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos com qualidade acadêmica (Trevisan; Ziliotto, 2023). Essas ações são fundamentadas em dispositivos legais como, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Decreto n.º 5.296/2004, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegurando que o atendimento às necessidades específicas dos estudantes esteja alinhado às normativas nacionais.

2.4 Práticas educativas na inclusão PcD

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) afirma no artigo 205 que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (n.p.). Ao se referir à educação como um direito universal, compreende-se que não deve haver distinção entre as pessoas que recebem esta educação.

Embora seja um direito universal, a educação no Brasil historicamente se desenvolveu de maneira diferenciada, em função das características dos sujeitos a quem se destinava. A educação para pessoas com deficiência, por exemplo, sempre apresentou um viés de excludência, separando sempre estudantes com alguma deficiência em “classes especiais” em escolas regulares ou em escolas específicas como as gerenciadas, muitas vezes, pelas Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs). Ainda, o simples fato de matricular estudantes com deficiência em escolas regulares não significa possibilitar uma inclusão verdadeira e qualidade na educação para estas pessoas, como afirmam Marchi et al. (2018, p. 208):

Estamos convictas de que a garantia de acesso à educação em ambientes comuns a todos não está garantindo uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência. A inclusão, no Brasil, é um processo no qual estamos caminhando a curtos passos, tendo em vista que nem todas as crianças têm ou tiveram acesso à escola durante os mais de 500 anos de independência.

As pessoas com deficiência foram marginalizadas e discriminadas por muitas civilizações antigas, que as tratavam de forma desrespeitosa e preconceituosa. No entanto, ao longo dos séculos, surgiram movimentos sociais e políticos que lutaram pela inclusão e pela igualdade dessas pessoas. Nas últimas décadas, um aparato jurídico foi criado para garantir condições diferenciadas de acesso para as pessoas com deficiência no mercado formal. Essas legislações refletem uma trajetória histórica na qual as pessoas com deficiência procuraram formas de superar uma condição de invisibilidade e tutela que lhes era imposta pela sociedade, além de uma carga negativa de preconceitos e discriminação (Diniz, 2007; Sassaki, 2009; BRASIL, 2015).

Em sintonia com discussões e eventos internacionais, como a Conferência Mundial de Jomtien (1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), cujo objetivo era concretizar a “Política de Inclusão”, o Governo Federal brasileiro aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394). O artigo 58 desta lei estabelece que a educação escolar deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino aos educandos com deficiência (Brasil, 1996). Além disso, os sistemas de ensino devem garantir que esses estudantes tenham acesso a currículos, métodos e uma organização escolar voltada para atender suas necessidades, promovendo assim a universalização do direito à Educação.

Em 2015, foi promulgada no Brasil a Lei Brasileira da Inclusão que se destacou por reforçar uma gama de direitos das pessoas com deficiência e os deveres da sociedade para com eles, o que é bem explícito no Capítulo IV, art. 28, que discorre sobre os direitos à educação das pessoas com deficiência (Brasil, 2015. n.p.):

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

XI – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

- X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV – inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII – articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

A partir da promulgação da Lei Brasileira da Inclusão, temos, portanto, descritos todos os direitos das pessoas com deficiência, não deixando dúvidas ao poder público que oferta o ensino regular sobre seus deveres, o que deveria favorecer uma melhoria na qualidade e inclusão das pessoas com deficiência no acesso à sua escolarização.

A educação inclusiva é aquela que reconhece a diversidade de cada indivíduo e busca promover o aprendizado por meio de práticas educativas que valorizam as diferentes formas de aprendizagem e os processos formativos que ocorrem no meio social. Nesse sentido, o foco não deve estar na deficiência, mas sim nas possibilidades de aprendizagem que cada indivíduo possui. A prática educativa é um processo dinâmico, desafiador e mediatizante que ocorre em um contexto social e que contribui para o desenvolvimento integral do sujeito (Souza e Ferrete, 2020).

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional requer um planejamento reflexivo do professor em parceria com toda a equipe pedagógica. Para isso, é necessário que os professores sejam capacitados para realizar as adequações necessárias para cada caso. No entanto, a formação desses professores é deficitária no Brasil, o que dificulta a inclusão desses estudantes. A capacitação docente para melhorar sua prática educativa é uma meta a ser alcançada para que o sistema educacional inclua a todos verdadeiramente (Aranha, 2003).

Além de garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso e permanência no ambiente escolar regular, é importante serem adotadas boas práticas

educativas e estratégias de ensino que possam atender às diferentes demandas e resultar em aprendizagem efetiva para todos. Isso pode ser alcançado por meio de uma educação inclusiva que valorize as diferenças e promova um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo. Para proporcionar melhorias em suas práticas educativas e melhores condições de ensino para a população, o docente deve tomar a frente de todos os processos que permeiam o mundo escolar, como afirmam Brancher e Oliveira (2017, p. 33):

Protagonismo nas práticas, protagonismo nas ações formativas, na sala de aula, na sociedade, na produção de saberes, na discussão da carreira e da condição docente no país. Protagonismo na profissão de professor nesse país de enorme extensão territorial e de imensas desigualdades sociais. Protagonismo em ações de luta e reivindicação social e não de aceitação passiva de um movimento de destituição da carreira e da construção de direitos sociais de forma apática.

Conceituo neste trabalho as Práticas Educativas a partir de Zabala (1998), na qual essas são entendidas como um conjunto de ações planejadas e alinhadas, de forma intencional e com objetivos determinados, em ambientes designados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem. Em uma sala de aula, diversas são as variáveis que interferem no ensino e na aprendizagem de estudantes e cabe ao professor saber ter aporte científico para transpor tais barreiras, como situa Zabala (1998, p. 19):

[...] caminho que segue ou tem que seguir qualquer educador para melhorar sua prática educativa, não pode ser muito diferente ao dos outros profissionais que se movem em campos de grande complexidade. Se entendemos que a melhora de qualquer das atuações humanas passa pelo conhecimento e pelo controle das variáveis que intervêm nelas, o fato de que os processos de ensino/aprendizagem sejam extremamente complexos – certamente mais complexos do que os de qualquer outra profissão – não impede, mas sim torna mais necessário, que nós, professores, disponhamos e utilizemos referenciais que nos ajudem a interpretar o que acontece em aula. Se dispomos de conhecimentos deste tipo, nós os utilizaremos previamente ao planejar, no próprio processo educativo, e, posteriormente, ao realizar uma avaliação do que aconteceu.

Concebe-se também a prática educativa de uma forma mais humanizada como uma ação dotada de sentido, portadora de valores e crenças, pautada no diálogo entre saberes compartilhados pelos sujeitos na e pela interação social (Crusoé; Moreira; Pina, 2014). O que pode favorecer a aproximação das práticas educativas como uma abordagem mais construtivista de ensino.

As práticas educativas, para terem resultados positivos e se tornarem efetivas, precisam a todo momento serem reavaliadas e repensadas, como demonstra Franco (2015, p. 613):

As práticas, para operarem, precisam do diálogo fecundo, crítico e reflexivo que se estabelece entre intencionalidades e ações. A retirada dessa esfera de reflexão, crítica e diálogo com as intencionalidades da educação implica o empobrecimento e, talvez, a inclusão, anulação do sentido da prática educativa.

As práticas educativas têm papel muito importante no favorecimento da inclusão de estudantes com deficiência. Posto que Zabala (1998) ao abordar a função social do ensino preconiza que o educador deve se atentar à diversidade de seus estudantes, abarcando todas as capacidades da pessoa desde uma proposta de compreensividade e de formação integral, numa concepção da aprendizagem fundamentada no construtivismo.

Sebastian-Heredero e Anache (2020) concluem em seu estudo que é relevante e necessário dar a devida atenção às práticas educativas inclusivas para a construção de uma escola realmente inclusiva, sendo preciso muito esforço e trabalho em equipe de toda a sociedade, objetivando lograr uma qualidade na educação para todos. As práticas educativas assumem, portanto, papel de destaque na formação dos estudantes PcD, visto que favorecem de forma mais integral possível a participação, inclusão educacional e um melhor aproveitamento escolar destes estudantes.

Atualmente as práticas educativas no IFSul são fundamentadas em uma abordagem pedagógica integrada e inclusiva, conforme delineado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025–2029). A instituição adota um currículo interdisciplinar que articula ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral dos estudantes e ao desenvolvimento social. Nesse contexto, destaca-se a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem, diferenciação curricular, coensino e tutoria por pares (IFSul, 2025a).

Além disso, o IFSul promove eventos como o Encontro dos Saberes Inclusivos, que proporcionam espaços para a troca de experiências e a formação continuada dos profissionais envolvidos na educação inclusiva. Essas iniciativas reforçam o compromisso da instituição com a democratização do conhecimento e a construção de uma sociedade mais justa e plural, conforme estabelecido em seus princípios de gestão institucional (IFSul, 2025b).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo, que tem como objetivo identificar, registrar e analisar fatores, características ou variáveis relacionadas ao fenômeno ou processo (Perovano, 2016). Conforme Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias relacionados ao fenômeno estudado em uma determinada sociedade, levando em consideração o respeito à diversidade existente.

Segundo Ventura (2007), em toda pesquisa científica, é imprescindível estabelecer claramente o objeto de estudo e, a partir dessa definição, construir um processo de investigação que delimite o universo a ser explorado. A descrição e caracterização de estudos de caso não são simples, pois eles são empregados de diversas maneiras, utilizando abordagens quantitativas e qualitativas. Essa modalidade de pesquisa é amplamente aplicada não apenas na prática educacional, mas também como uma forma de investigação em vários campos do conhecimento, especialmente na área da saúde, bem como nas áreas tecnológicas, humanas e sociais, entre outras.

3.1 População

A população foi composta por estudantes com deficiência, com idade de 18 anos ou mais, que frequentam o ensino médio integrado de uma unidade do IFSul, escolhida de maneira intencional.

Como critério de inclusão, foram considerados estudantes com algum tipo de deficiência, maiores de 18 anos, regularmente matriculados no ensino médio integrado em uma unidade do IFSul. Como critérios de exclusão, foram considerados estudantes sem diagnóstico fechado e aqueles com deficiência intelectual.

De um universo de 10 alunos matriculados com deficiência, e maiores de 18 anos, na unidade acadêmica do IFSul no ano de 2025, foram convidados todos por meio de contato do NAPNE. Destes 10, todos aceitaram participar da pesquisa e assinaram o TCLE.

3.2 Construção e análise dos dados

O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). A entrevista contou com um roteiro de 14 perguntas, visando identificar possíveis barreiras enfrentadas pelos estudantes no processo de seleção/ingresso e durante a realização do seu curso. A coleta dos dados foi realizada durante o mês de junho de 2025, de forma presencial, em local apropriado, na própria instituição de ensino. Estas foram conduzidas pelo pesquisador responsável e gravadas com o auxílio de um dispositivo de gravação, e posteriormente foram transcritas na sua totalidade.

Após parecer de autorização e validação do estudo pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), sob o n.º 87304824.3.0000.5574, o instrumento de construção/coleta de dados passou por processo de validação do roteiro de perguntas. O roteiro foi encaminhado para três professores pesquisadores/as doutores/as na área da educação e inclusão, que fizeram sua análise e validação/contribuição nas perguntas. Estas foram ajustadas e reorganizadas, conforme a avaliação/validação, para somente após ocorrer a entrevista piloto. A entrevista piloto não foi utilizada na investigação da pesquisa para a escrita da dissertação.

As entrevistas, assim como o primeiro contato com os entrevistados, só ocorreram após a aprovação deste estudo pelo CEP do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). O anonimato dos participantes e o sigilo de suas informações foram respaldados pelos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice B, onde uma cópia foi entregue a cada participante, após a sua assinatura. Os participantes da pesquisa puderam a qualquer momento pedir desligamento da investigação sem qualquer tipo de constrangimento, penalidade, sanção ou prejuízo. E no momento das suas entrevistas, não terão obrigação de responder todas as perguntas realizadas pelo entrevistador.

A privacidade dos participantes foi mantida, já que cada pessoa foi designada por um pseudônimo (Estudante 1, Estudante 2... e Estudante 10), garantindo o anonimato. Em nenhum momento os colaboradores foram identificados, embora haja questionamentos que abordem a subjetividade dos entrevistados, a fim de proteger suas declarações. A privacidade dos dados coletados foi assegurada pelos pesquisadores, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados academicamente. O pesquisador foi responsável pela proteção dos dados coletados,

garantindo que houvesse extravio ou divulgação de informações confidenciais. Esses dados serão armazenados por um período máximo de 5 anos sob a responsabilidade do autor do trabalho e depois serão destruídos.

O autor da pesquisa foi o responsável por conduzir as entrevistas, a gravação do seu conteúdo, para posterior transcrição e análise. Após a transcrição, as informações foram devolvidas aos colaboradores, onde puderam suprimir frases ou trechos que assim entenderem adequados. O autor do trabalho foi responsável pela segurança dessas informações. O pesquisador agendou a entrevista segundo a disponibilidade dos entrevistados, levando em consideração horários, visando evitar conflitos com as agendas de trabalho e vida acadêmica, e as circunstâncias individuais de cada caso.

Os dados da pesquisa foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2016) oferece informações suplementares aos leitores críticos de uma informação e consiste em 3 polos cronológicos, que são:

- Pré-análise: composto de leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores e preparação dos materiais.
- Exploração do material: codificação, decomposição e enumeração dos dados obtidos.
- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: onde os resultados serão analisados e interpretados por meio da categorização deles, dando novos sentidos à pesquisa.

3.3 Aspectos éticos

O processo ético desta pesquisa se baseou na resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 466/12 (Brasil, 2012), que aponta as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos no Brasil. Em todo material escrito e atividade que resultar deste estudo será preservado sob qualquer circunstância o anonimato dos participantes. O presente projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo CEP do IFFar por meio do parecer n.º 7.578.845 (Apêndice C).

3.3.1 Despesas e Danos

Os participantes não tiveram custos financeiros durante sua participação na pesquisa, nem receberam compensação financeira. No entanto, caso ocorressem danos ou despesas, os colaboradores terão direito a indenização ou reembolso. Todos os gastos necessários para a participação na pesquisa foram assumidos pelo autor do trabalho.

No que diz respeito aos danos, é importante ressaltar que a pesquisa se concentrou exclusivamente nas narrativas de vida dos colaboradores, investigando as práticas educacionais oferecidas e suas possíveis repercussões no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência. No entanto, caso ocorresse algum incidente, qualquer dano será devidamente ressarcido segundo a legislação vigente.

3.3.2 Quanto aos riscos

Os riscos desta pesquisa foram classificados como baixos (mínimos) para os participantes envolvidos. No entanto, é importante mencionar que, devido à natureza dos questionamentos, poderia haver algum desconforto, já que certas perguntas poderiam evocar lembranças pessoais e reflexões sobre suas trajetórias de vida pessoal e profissional, levando potencialmente a diferentes sentimentos e emoções por parte dos participantes, incluindo a possibilidade de ficarem emocionados.

Caso um participante se sentisse desconfortável durante a entrevista, o pesquisador perguntaria se desejaria continuar ou interromper a entrevista naquele momento. Se a entrevista fosse interrompida, seria sugerido outro horário para sua finalização, conforme a disponibilidade do colaborador. No entanto, é importante ressaltar que, caso um participante optasse por não continuar, isso não acarretaria nenhum dano pessoal ou institucional para ele. A prioridade foi respeitar o bem-estar emocional dos participantes e garantir que eles se sentissem à vontade durante o processo de pesquisa.

Se ocorresse a necessidade de intervenção de saúde por parte do participante, abrangendo atendimento médico, psicológico ou apoio emocional, seria de responsabilidade integral do pesquisador assumir a assistência completa para lidar com as possíveis complicações e danos decorrentes dos riscos previstos. Caso fosse necessário o atendimento por um profissional de saúde, o participante seria

encaminhado ao serviço de saúde público mais próximo ou ao de sua escolha, de acordo com suas preferências.

3.3.3 Benefícios

Os benefícios para a sociedade estão diretamente relacionados às valiosas contribuições científicas resultantes desta pesquisa, bem como às discussões e pesquisas sobre o ensino na EPT. Além disso, também existem benefícios e vantagens na reflexão sobre o processo de ensino de estudantes com deficiência no contexto de inclusão em cursos técnicos na EPT, o que pode contribuir para aprimorar as práticas de ensino em sala de aula.

É relevante ressaltar que os resultados deste estudo serão divulgados em diferentes meios, como veículos e eventos na área da Educação, livros, artigos, capítulos de livros, entre outros. Essa divulgação visa contribuir para o avanço da área na EPT. Essas reflexões promovem a formação e a investigação sobre as práticas educativas oferecidas, bem como suas repercussões no processo de ensino e de aprendizagem de estudantes PcD em cursos integrados na EPT.

Esta pesquisa pode resultar em avanços científicos, gerando novos conhecimentos sobre o ensino de estudantes com deficiência na EPT. Além disso, podem aprimorar as práticas educativas, promovendo abordagens mais inclusivas e eficazes no ambiente da sala de aula. Ao divulgar os resultados, essas reflexões também têm o potencial de influenciar políticas e práticas educacionais, fomentando a inclusão e proporcionando oportunidades de aprendizado de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades e capacidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os estudantes do ensino médio com deficiência, maiores de 18 anos, de uma unidade do IFSul, participaram da pesquisa. A média de idade dos participantes foi de 18,4 anos. Destes, sete possuem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), dois de deficiência física e um de deficiência auditiva. Quanto ao curso, seis participantes são alunos do curso de Design Gráfico, três de Design de Interiores e um de Edificações (Quadro 1).

Quadro 1 – Características dos participantes

Estudante	Diagnóstico	Curso	Ano de Ingresso
Estudante 1	TEA	Design Gráfico	2023
Estudante 2	Deficiência Física	Design Gráfico	2024
Estudante 3	TEA	Design Gráfico	2023
Estudante 4	TEA	Design Gráfico	2024
Estudante 5	TEA	Design Gráfico	2025
Estudante 6	Deficiência Auditiva	Design Gráfico	2024
Estudante 7	TEA	Design de Interiores	2023
Estudante 8	TEA	Design de Interiores	2023
Estudante 9	Deficiência Física	Design de Interiores	2024
Estudante 10	TEA	Edificações	2025

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Todos os participantes da pesquisa afirmam ter ingressado no IFSul pelo sistema de cotas para PcD, entre os anos de 2023 e 2025. O ingresso via cotas representa um importante mecanismo de democratização do acesso, mas, como salientam Marchi et al. (2018), a garantia de acesso por si só não assegura qualidade na trajetória escolar. É necessário assegurar condições de permanência, participação e aprendizagem, para preservar a dignidade e favorecer o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Os estudantes foram questionados sobre buscarem auxílio do NAPNE, os 10 apontaram que frequentam ou já frequentaram o Núcleo. Alguns discentes afirmaram

precisar de suporte para organização com o cronograma das componentes curriculares e planejamento do ano letivo, outros quando estão sobrecarregados, principalmente em semanas de provas. Ainda, alguns citam a necessidade de apoio na mediação com os professores do curso. De maneira geral, pode-se afirmar que o NAPNE é reconhecido como um pilar central de apoio para os estudantes PcD, sendo acionado tanto para mediação com professores quanto para organização pessoal.

Esse achado converge com a literatura, que destaca o papel do NAPNE em operacionalizar a inclusão por meio do suporte acadêmico e pessoal, mediação com docentes e elaboração de estratégias adaptadas (Mantoan, 2015). O núcleo, ao promover condições de permanência e participação, atua conforme a Lei Brasileira de Inclusão, que prevê recursos de acessibilidade pedagógica, metodológica e comunicacional. Contudo, um estudo sobre os NAPNES aponta que a falta de profissionais especializados e a descontinuidade institucional limitam a efetividade dessas ações, o que sugere a necessidade de fortalecimento estrutural dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Glat; Blanco, 2007).

O NAPNE é fundamental para garantir inclusão, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência, atuando na eliminação de barreiras e na promoção da acessibilidade (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021). Criado no âmbito do programa TECNEP, o núcleo busca também favorecer a inserção no mundo do trabalho e a independência econômica dos alunos. No campo pedagógico, destaca-se pelo acompanhamento psicossocial, elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e pela orientação a docentes quanto a estratégias e adaptações curriculares (Trevisan; Ziliotto, 2023).

Os dados evidenciam que os estudantes recorrem ao NAPNE para organização de cronogramas, apoio em períodos de sobrecarga e mediação com professores, revelando seu papel de facilitador da comunicação e da gestão das demandas acadêmicas. Assim, embora não solucione todas as barreiras estruturais ou de formação docente, o NAPNE cumpre função estratégica como articulador entre discentes, docentes e instituição, fortalecendo a inclusão e a permanência estudantil.

Quando questionados sobre a utilização de Tecnologias Assistivas (TA) para estudo, todos afirmaram que fazem uso de algum tipo deste recurso. Dentre os citados estão os fones de ouvido para cancelamento de ruídos, notebook, tablet e mouse adaptados, ainda mencionaram o uso de aplicativos para organização e transcrição

de materiais. As TA são conhecidas como uma área do conhecimento interdisciplinar que abrange um vasto arsenal de recursos e serviços para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo sua vida independente e inclusão (Freitas, 2020).

O uso de TA configura-se como um ponto de destaque. Esses recursos funcionam como mediadores que reduzem barreiras motoras, sensoriais e cognitivas, favorecendo a autonomia e a aprendizagem. A literatura aponta que a TA amplia as habilidades funcionais e atua como “ponte” para a inclusão educacional (Mantoan, 2015). Entretanto, muitas vezes os docentes desconhecem tais recursos ou não sabem como integrá-los às práticas pedagógicas, o que limita o potencial de aprendizagem discente. A ausência de formação continuada em TA, identificada em outros estudos (Souza, 2020), reforça a necessidade de capacitação docente como condição indispensável para que esses instrumentos sejam plenamente utilizados.

Sobre as adaptações das aulas e dos materiais, os participantes foram unânimes ao alegarem que alguns professores costumam fazer adaptações, no entanto, enfatizam que não são todos. As adaptações são realizadas por meio de materiais preparados com mais clareza e objetividade, vídeos legendados, roteiros com o passo a passo do que precisa ser realizado em determinada atividade. O Estudante 3 traz em sua fala sobre o papel da formação em inclusão: *“Alguns adaptam sim, principalmente os que já têm formação em inclusão.”*

A fala do estudante acima é um ponto importante, que ecoa e nos mostra que, para uma efetiva inclusão, as escolas e os professores precisam estar preparados para oferecer suporte e educar alunos com deficiência (Freitas, 2020). Esse dado reforça a relação direta entre formação docente e inclusão efetiva. Estudos como os de Glat e Blanco (2007) e Marchi et al. (2018) destacam que a ausência de formação inicial e continuada em educação inclusiva leva professores a improvisarem práticas pedagógicas ou a não realizarem adaptações necessárias. Isso compromete a equidade e a aprendizagem, pois indica a ausência de imparcialidade na distribuição de recursos e oportunidades. Neste sentido, a simples matrícula de estudantes com deficiência em classes regulares não assegura o direito à educação de qualidade. A formação continuada e o coensino aparecem, portanto, como caminhos para superar tais lacunas.

No entanto, estudos também revelam um sentimento profundo de desamparo e falta de preparo por parte de muitos professores para lidar com a diversidade de

necessidades dos alunos com deficiência (Souza; Sousa; Gonçalves, 2020). Relatos indicam que muitos docentes não tiveram disciplinas sobre educação especial em sua formação inicial, ou, se tiveram, foi de maneira precária. Isso leva a uma situação em que, apesar da legislação que exige a inclusão, a prática efetiva é insuficiente (Freitas, 2020).

A pesquisa realizada com docentes do Instituto Federal da Paraíba em Monteiro, por exemplo, demonstrou que a maioria dos professores (83,3%) não havia cursado disciplina sobre educação especial, e quase metade (45,2%) não tinha nenhum conhecimento sobre TA (Freitas, 2020). Essa carência de conhecimento faz com que os professores se sintam obrigados a improvisar tarefas e exames sem ter conhecimentos básicos sobre como enfrentar esses desafios, o que pode levá-los a "focar mais no público geral" ou a tratar o aluno com deficiência da mesma forma que os demais, sem considerar suas especificidades, princípio da igualdade, e não equidade (Souza, 2020).

A formação continuada é necessária para preencher as lacunas da formação inicial e permitir que o professor se torne um mediador eficaz no processo de ensino e de aprendizagem, ajudando-o a refletir sobre sua própria prática. O trabalho do professor especializado em Educação Especial, muitas vezes atuando no modelo de coensino ou ensino colaborativo, é visto como fundamental para garantir que as adaptações e o apoio necessários sejam fornecidos em sala de aula comum (Souza; Vilaronga; Franceschini; 2021).

Com relação às reprovações em componentes curriculares, cinco alunos afirmaram já ter reprovado, enquanto outros cinco não tiveram reprovações, no entanto, encontraram barreiras que quase os levaram a tal desfecho. As apresentações de seminários, provas orais e práticas foram os exemplos de barreiras citadas por quase levarem à reprovação. Já entre os motivos que levaram à reprovação, um aluno apontou a falta de adaptação de materiais, o que impossibilitou a execução adequada da atividade a ser realizada, outros citaram a perda de prazos e a dificuldade para seguir o ritmo das aulas.

As dificuldades relatadas confirmam que a ausência de adaptações metodológicas e avaliativas constitui fator crítico de exclusão. A literatura é consistente ao apontar que a avaliação escolar, quando realizada sem ajustes, transforma-se em barreira (Mantoan, 2015). Isso explica por que a reprovação apareceu de forma recorrente nos relatos, associada não à ausência de potencial dos estudantes, mas à

inadequação das práticas pedagógicas. Assim, a inclusão restrita à matrícula tende a gerar exclusão velada, com prejuízos para o desempenho acadêmico e a autoestima.

A falta de adaptações em aulas e materiais é um fator crítico que impacta diretamente o desempenho acadêmico e pode levar à reprovação de alunos com necessidades educacionais especiais, conforme discutido na literatura. A premissa de que seminários, provas orais e atividades práticas se tornam barreiras sem as devidas adaptações é corroborada pelo estudo de Souza (2020). Quando as práticas pedagógicas não são flexíveis e não consideram as especificidades de cada aluno, a aprendizagem é comprometida (Kassar, 2011).

Com relação aos resultados da pergunta sobre às dificuldades encontradas pelos estudantes ao ingressarem no IFSul, foram criadas duas categorias de análise. Estas são exploradas a seguir.

4.1 Categoria 1: limitações pedagógicas

As limitações pedagógicas correspondem às práticas de ensino e metodologias adotadas que não contemplam as necessidades específicas de estudantes com deficiência, comprometendo sua participação e aprendizagem no ensino médio. Entre os principais obstáculos, destaca-se o ritmo acelerado das aulas, os prazos curtos e a ausência de suporte para a organização dos estudos, fatores que tendem a gerar sobrecarga cognitiva e emocional (Souza; Vilaronga; Franceschini, 2021). A pressão exercida por parte dos docentes, quando associada à exigência de exposições orais e trabalhos em grupo sem adaptações adequadas, dificulta a inclusão plena e pode levar à exclusão de estudantes com dificuldades de comunicação ou interação social.

Minhas maiores dificuldades foram com trabalhos em grupo e exposição oral. (Estudante 5)
Tive dificuldades com prazos e muita pressão. (Estudante 7)

A partir das falas dos estudantes, percebe-se que as barreiras não estão apenas no conteúdo, mas na forma de avaliação e nas dinâmicas sociais impostas pelo modelo educacional tradicional. Além disso, a falta de materiais adaptados, como conteúdos digitalizados, com audiodescrição ou outros formatos acessíveis, limita o acesso equitativo ao conteúdo acadêmico. A carência de profissionais e docentes com conhecimento em Libras agrava a barreira comunicacional, comprometendo o entendimento e a participação de estudantes com deficiência auditiva.

Essas limitações pedagógicas configuram-se como barreiras centrais para a inclusão efetiva e o desempenho de estudantes com deficiência no ensino médio. Segundo Freitas (2020), entre os fatores mais críticos, destaca-se a falta de preparo e formação dos professores, que frequentemente não receberam disciplina adequada em Educação Especial ou tiveram abordagem superficial, resultando em insegurança, imprevisto e desconhecimento de TA. Este instrumento, embora essencial para reduzir barreiras e promover autonomia, pode ter sua aplicação limitada pela ausência de capacitação docente (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021).

Além disso, a rigidez curricular e a falta de adaptações metodológicas e de materiais dificultam a aprendizagem. Atividades como apresentações, provas orais e práticas, quando não adaptadas, podem levar à reprovação ou exclusão velada (Souza, 2020). O ritmo acelerado das aulas, prazos curtos e a ausência de suporte para organização dos estudos sobrecarregam os alunos, evidenciando a necessidade de flexibilização e individualização do currículo (Kassar, 2011; Freitas, 2020).

A insuficiência de recursos e apoio institucional também se apresenta como obstáculo. A escassez de equipamentos especializados, de profissionais de Educação Especial e de intérpretes de Libras limita a efetividade de políticas inclusivas, mesmo quando o NAPNE está presente. Ainda, barreiras atitudinais, como preconceito, estranhamento e mentalidades historicamente segregacionistas, comprometem a aceitação do diferente e reforçam a exclusão (Souza; Vilaronga; Franceschini, 2021).

Em síntese, a conjunção de falta de formação docente, rigidez curricular, escassez de recursos e barreiras atitudinais cria um ambiente escolar que não atende à diversidade dos alunos. Tais lacunas impactam diretamente a autonomia, a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes, perpetuando desigualdades e limitando o pleno desenvolvimento de suas competências. Superar essas limitações exige adaptação das práticas pedagógicas, flexibilização do currículo e investimento em capacitação contínua, garantindo inclusão, equidade e pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes.

4.2 Categoria 2: limitações na infraestrutura

As limitações estruturais, por sua vez, referem-se às barreiras físicas e ambientais presentes na referida instituição de ensino, que afetam a locomoção, a permanência e o bem-estar dos estudantes com deficiência. Ambientes barulhentos,

excessivamente movimentados e com muitos ruídos prejudicam a concentração e aumentam a sobrecarga sensorial, especialmente para estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), TEA ou hipersensibilidade sensorial. A presença de luzes intensas e de espaços superlotados também podem gerar desconforto físico e emocional, dificultando a permanência nesses ambientes.

Além disso, a ausência de adaptações arquitetônicas em alguns ambientes, como rampas, elevadores e mobiliário acessível, bem como a existência de portas e utensílios manuais sem ajustes, compromete a autonomia e a mobilidade de estudantes com limitações motoras. Normas como a ABNT NBR 9050/2015 e dispositivos legais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecem parâmetros para garantir acessibilidade e uso seguro dos ambientes escolares. No entanto, a falta de adequação às diretrizes legais demonstra que, mesmo com políticas públicas e leis específicas, há falhas significativas na implementação prática da acessibilidade física e sensorial nas instituições de ensino.

Algumas salas não tinham acessibilidade ideal. (Estudante 2)
O campus é bom, mas barulhento. Isso me cansa. (Estudante 4)
O campus é acessível, mas as luzes fortes e ruídos atrapalham. (Estudante 5)

Os extratos das falas dos alunos, demonstram que, apesar de avanços na estrutura, há barreiras sensoriais frequentes para estudantes com TEA, e físicas, para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida. A coexistência de barreiras pedagógicas e estruturais resulta na criação de um ambiente escolar que, embora formalmente inclusivo, permanece excludente na prática. As limitações pedagógicas restringem o acesso e a participação nos processos de ensino e de aprendizagem, enquanto as limitações estruturais dificultam a presença física, a mobilidade e o conforto dos estudantes. Essa combinação de fatores compromete a frequência escolar, eleva os índices de evasão e provoca lacunas significativas no aprendizado.

Souza, Vilaronga e Franceschini (2021) apontam que as limitações estruturais nas instituições de ensino representam um dos principais obstáculos para a efetiva inclusão e o bem-estar de estudantes com deficiência, afetando diretamente sua locomoção, permanência e aprendizado. Em síntese, essas barreiras estruturais são multifacetadas, abrangendo desde a infraestrutura física inadequada e a escassez de materiais/tecnologias acessíveis, até a falta de profissionais especializados e a rigidez das práticas pedagógicas (Souza, 2020).

Neste contexto, é imperativo afirmar que essas barreiras impedem a plena participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, gerando um sentimento de desamparo tanto nos alunos quanto nos professores, e evidenciando a persistente lacuna entre o arcabouço legal da inclusão e a sua concretização na realidade educacional brasileira (Souza; Vilaronga; Franceschini, 2021). O impacto emocional também é expressivo, a sensação de exclusão e inadequação pode gerar frustração, ansiedade, baixa autoestima e desmotivação.

Quando questionados sobre a satisfação com as ações do IFSul para garantir a inclusão, os estudantes demonstraram satisfação. De modo geral, os participantes reconhecem que a instituição busca promover a inclusão e procura ser acessível. Contudo, essa percepção positiva convive com críticas, uma vez que as iniciativas ainda não garantem plenamente a equidade no processo formativo. Para os estudantes, a intenção de incluir está presente, mas a efetividade dessas práticas é limitada pelas barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais que permanecem no cotidiano escolar.

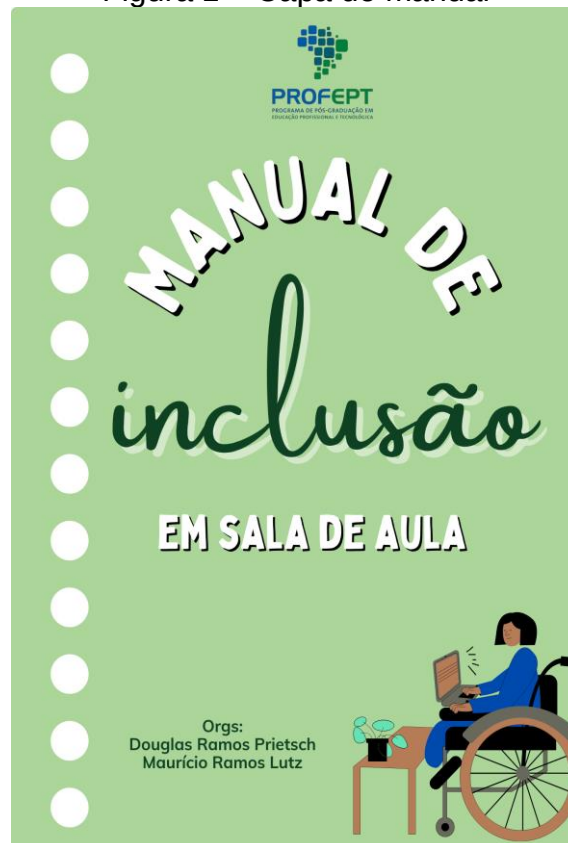
Nesse sentido, assegurar a equidade no ensino exige ações articuladas, que envolvam a capacitação docente contínua, a produção e oferta de materiais acessíveis, a adaptação física dos espaços escolares e o uso de Tecnologias Assistivas. Somente a integração dessas medidas possibilitará a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de promover o pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência. Para uma inclusão verdadeira, é imperativo que a estrutura educacional se adapte à diversidade dos alunos, e não o contrário.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Os resultados desta pesquisa demonstraram que as limitações pedagógicas são barreiras presentes no cotidiano dos estudantes PcD, e estas muitas vezes são percebidas pelos alunos como resultado da falta de formação e preparo dos professores. Por vezes, essas limitações podem ser facilmente resolvidas, como, por exemplo, na preparação dos materiais utilizados em aulas expositivas. Com base nisso, foi planejado, organizado e elaborado um “Manual de Inclusão em Sala de Aula” (Apêndice D), Figura 1, o qual tem dois principais objetivos:

- I. auxiliar o professor no planejamento de aulas e na elaboração de materiais acessíveis a todos os estudantes;
- II. proporcionar aos estudantes PcD aulas acessíveis e inclusivas.

Figura 1 – Capa do manual



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

5.1 Validação do Produto Educacional

Após a elaboração do “Manual de Inclusão em Sala de Aula”, o mesmo foi enviado para três professores do ensino médio integrado de uma unidade do IFSul, para a validação. Junto do produto, foi enviado um questionário (Apêndice E) com perguntas sobre a qualidade do material, em forma e conteúdo, estruturadas em escala Likert, possibilitando que os respondentes atribuíssem diferentes níveis de concordância em relação aos aspectos avaliados.

Com relação ao resultado da validação do produto, os participantes concordaram plenamente sobre: o manual ter uma apresentação estética agradável; a linguagem utilizada ser adequada para a área; e o conteúdo ser relevante para a prática profissional. Ainda, apontaram ter achado o material prático, direto e contemplativo com relação às dificuldades encontradas no cotidiano profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção de estudantes com deficiência acerca das limitações de acessibilidade vivenciadas em seus trajetos formativos em um IFSul. Os resultados evidenciaram que, embora o ingresso pelo sistema de cotas para pessoas com deficiência represente um avanço importante para a democratização do acesso, às barreiras enfrentadas durante a permanência no ensino médio integrado ainda se configuram como desafios significativos para a inclusão educacional plena.

As falas dos participantes revelaram limitações tanto pedagógicas quanto estruturais. Entre as barreiras pedagógicas, destaca-se o ritmo acelerado das aulas, a ausência de adaptações metodológicas e avaliativas, bem como a falta de preparo docente para lidar com as especificidades dos estudantes. Tais fatores resultaram em situações de sobrecarga, dificuldades de organização dos estudos e, em alguns casos, reprovação. As limitações estruturais, por sua vez, envolvem questões arquitetônicas e sensoriais, como ambientes barulhentos, iluminação intensa e obstáculos de mobilidade, que comprometem o bem-estar e a permanência dos estudantes.

Outro achado central foi a busca recorrente dos estudantes pelo NAPNE. O núcleo foi apontado como um espaço de suporte pedagógico, organizacional e de mediação com professores, configurando-se como pilar estratégico para a permanência estudantil. Essa procura demonstra o reconhecimento do NAPNE como instância fundamental de apoio, mas também evidencia que a responsabilidade pela inclusão não pode recair apenas sobre o núcleo, sendo necessária uma atuação mais ampla da instituição e dos docentes.

A utilização de TA aparece como recurso relevante para a autonomia e a aprendizagem, ainda que seu potencial esteja limitado pela falta de formação docente para integrá-las ao cotidiano pedagógico. Do mesmo modo, as adaptações realizadas por alguns professores foram valorizadas pelos estudantes, mas a ausência de uniformidade nas práticas reforça a importância da formação continuada em educação inclusiva como condição indispensável para a efetivação da equidade.

Os resultados apontam para a persistente lacuna entre o marco legal da inclusão e sua materialização na prática escolar. Por mais que os estudantes afirmem se sentirem satisfeitos com as ações empregadas pela instituição para garantir a

inclusão, essa satisfação está permeada de críticas. Pois, apesar dos avanços institucionais e da existência do NAPNE, a inclusão ainda ocorre de forma fragmentada e dependente de iniciativas individuais, o que compromete o direito a uma educação de qualidade e equitativa.

Assim, conclui-se que assegurar a inclusão efetiva exige ações articuladas, como o investimento na formação inicial e continuada de docentes, fortalecimento do NAPNE com recursos humanos e materiais, adaptação física e sensorial dos espaços escolares e integração das TA às práticas pedagógicas. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível reduzir as barreiras pedagógicas e estruturais, promovendo a equidade, a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência.

No que se refere à elaboração de um manual com orientações sobre como promover a inclusão em sala de aula, compreende-se que esta iniciativa, embora simples, representa uma contribuição significativa para o cotidiano docente. Os professores, frequentemente, enfrentam desafios relacionados à adaptação de conteúdos, metodologias e recursos didáticos, carecendo de suporte técnico e pedagógico que lhes possibilite desenvolver práticas inclusivas de forma mais consistente. Nesse sentido, o material proposto busca oferecer subsídios práticos, objetivos e de fácil aplicação, auxiliando na adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Espera-se, assim, que o manual se configure como um instrumento de apoio, capaz de potencializar o trabalho docente e, ao mesmo tempo, favorecer a permanência, a participação e o bom desempenho acadêmico de pessoas com deficiência na instituição.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050/2015 - **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9974>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ARANHA, M. S. F. (org.). **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: SEESP/MEC, Brasília, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2016

BRANCHER, V. R; OLIVEIRA, V. F. (Re)Simbolização da Docência: Entre imaginários e saberes na defesa do protagonismo dos professores. *In*: BRANCHER, V. R; OLIVEIRA, V. F. (org.). **Formação de Professores em tempos de incerteza: imaginários, narrativas e processos autoformadores**. São Paulo: Paco Editora, 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n.º 466**, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, DF: Siconde, 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **PISA 2022: Resultados**. 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf>. Acesso em : 10 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

BRASIL. **Lei n.º 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

BRASIL. **Lei n.º 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 10 dez 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução 024/2013**, de 01 de março de 2013. Goiânia: Instituto Federal Goiano, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**. v. 3, n. 3, p. 120, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>> . Acesso em: 10 dez. 2023.

CRUSOÉ, N. M. C.; MOREIRA, N. R. ; PINA, M. C. D. . Definições de prática educativa em diferentes perspectivas sócio-educacionais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 19, p. 68-88, 2014. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/geppce/wp-content/uploads/2019/06/8656-31874-1-PB.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2023.

CUSTÓDIO, E. M.; KITAHARA, A. M. V. A inclusão e as representações sociais dos professores: uma revisão da literatura. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, 37(jan. 2017), 79-93. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v37n92/v37n92a07.pdf>> Acesso em: 30 set 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRAGOSO, F. M. R. A.; CASAL, J. Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 18(3), 527–546, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000300011>> Acesso em 30 set 2024.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gd7J5ZhhMMcbJf9FtKDyCTB/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FREITAS, R. Q. de. **A importância da tecnologia assistiva na autonomia escolar de pessoas com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2020.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 14 (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

IFSUL - INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE)** no IFSul – Campus Sapucaia do Sul. Pelotas: IFSul, 2025a. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/11954-ifs-e-ifsul-discutem-praticas-de-atendimento-educacional-especializado-aee.html>. Acesso em: 01 out. 2025.

IFSUL - INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI 2019–2023. Pelotas: IFSul, 2019.

IFSUL - INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2029**. Pelotas: IFSul, 2025b. Disponível em: https://www.ifsul.edu.br/images/2025/eleicoes/Candidatos/Campanha_PL-Direo-geral_2025-2029-FINAL.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional 1. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkizTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARCHI, T. V. B; ÁVILA, C. C; ANTUNES, H. S. Formação de professores e o desafio da inclusão escolar brasileira: Um olhar sob a perspectiva internacional. In: BRANCHER, V. R; MEDEIROS, B. A; MACHADO, F. C. (org.). **Caminhos Possíveis à Inclusão II: Educação Especial: Novos Prismas**. Editora Appris, 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec - Abrasco, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, W. M; DELOU, C. M. A Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais e a Inclusão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 04-25, 2022. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1622>> . Acesso em: 13 dez. 2023.

PACHECO, E. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 67p., 2015.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PESSEL, E. R. M. **Educação Inclusiva e Pessoas com Deficiência Visual:** trajetória da primeira discente no IFSul - Campus Charqueadas. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10826600>. Acesso em: 10 dez. 2023.

POUEY, J. F. F. **Educação ambiental no curso de Técnico de Edificações – IFSUL Campus Pelotas:** desafios e possibilidades da educação emancipatória nos cursos técnicos, 132 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Rio Grande, dez. 2012. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010217.pdf>> Acesso em: 20 jun 2025.

ROCHA, L.F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicol Ciênc Prof**. 2014. 34(1):46-65. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n1/v34n1a05.pdf>> Acesso em: 30 set 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; ANACHE, A. A. A percepção docente sobre conceitos, políticas e práticas inclusivas: um estudo de caso no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 1018–1037, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13514. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13514>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SONZA, A. P; VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1 - 24, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/52842>>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOUZA, E. S.; FERRETE, R. B. **Práticas educativas de linguagem e inclusão: estudo de caso de um aluno com transtorno do espectro autista na Educação Profissional e Tecnológica**. 1. ed., Aracaju: Edifs, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9284833>. Acesso em : 10 nov. 2023.

SOUZA, A. M. B.; SOUSA, C. P. de; GONÇALVES, H. M. Representação social e inclusão: lidando com a diferença. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 66, p. 1015-1037, 2020.

SOUZA, A. C.; VILARONGA, C. A. R.; FRANCESCHINI, A. R. A experiência do atendimento educacional especializado no contexto do Instituto Federal de Educação. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 8, n. 1, p. 113-128, 2021.

SOUZA, S. C. M. de. A representação social da inclusão na formação de professores. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1420–1444, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24i3.13603. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13603> >. Acesso em: 30 set. 2024

TREVISAN, S.; ZILIOOTTO, D. M. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e254398, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Q5QKzNfKVFPb6JnPqgWXrnd/#>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

UNESCO. **Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All**. Paris: UNESCO, 2005.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, , p. 383-386, 2007. Disponível em: n. 5 <[2007_v20_n05_art10.pdf \(cardiol.br\)](#)>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAIDAN, S.; REIS, D.A.F.R.; KAWASAKI T.F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Rev Bras Pós-Grad**. 2020;16(35):1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v16i35> > Acesso em: 28 set 2024.

ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0196, 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro para as entrevistas

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO DO PERFIL E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DISCENTE

Identificar possíveis barreiras enfrentadas pelos estudantes na seleção e durante a realização do seu curso	Perfil Discente	1. Nome: 2. Idade: 3. Gênero: () Feminino () Masculino () outro 4. Qual curso frequenta: 5. Em que ano ingressou no IF? 6. Como foi seu ingresso? entrou por alguma cota? qual? 7. Qual sua deficiência?
	Entrevista Discente	8. Quais dificuldades pedagógicas você encontrou ao iniciar a sua vida acadêmica nesta instituição? 9. Apresentou dificuldades na acessibilidade ao campus e no campus? quais? 10. Reprovou alguma vez no seu curso? 11. Quais recursos de tecnologia assistiva foram empregados no seu percurso? 12. Frequenta atendimento especializado no NAPNE? Como ocorre? 13. Qual é a metodologia utilizada em suas práticas de sala de aula usada pelos professores que mais te ajudou? 14. Os professores fazem adaptação em materiais para apresentar os conteúdos em sala de aula? 15. De uma forma geral você está satisfeito com as ações empregadas pelo IF para favorecer sua inclusão?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO RS*

Pesquisador Responsável: Douglas Ramos Prietsch

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone para Contato: XXXXXXXXXXXXXXXX

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz

E-mail para Contato: mauricio.lutz@ifarroupilha.edu.br

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail do Pesquisador Responsável: douglas.2023100074@aluno.iffar.edu.br

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa de mestrado intitulada ***“Representações de Inclusão na EPT: um estudo a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS”***, que está sendo desenvolvida por Douglas Ramos Prietsch, mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Polo IFFar, Campus Jaguari, sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Ramos Lutz.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador responderá todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é “Verificar quais são e como repercutem em seus trajetos formativos as representações de inclusão para estudantes com deficiência em um instituto Federal do RS”.

Metodologia: O estudo adota uma metodologia qualitativa, que prevê a sua participação em entrevistas semiestruturadas, que serão agendadas previamente em horários, conforme a sua disponibilidade. Estima-se a realização de um encontro com duração aproximada de 30 minutos. A entrevista será realizada pelo pesquisador, que fará a gravação da mesma em áudio, para que seja transcrita e analisada posteriormente. Ao final do trabalho de análise, as conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos participantes e publicadas. A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do(a) participante. Em qualquer momento do estudo, poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. Fica garantido o anonimato dos envolvidos em qualquer circunstância, no que envolve todas as atividades ou materiais escritos que se originarem deste estudo.

Benefícios: Tem-se como benefício direto e imediato da sua participação o fato de poder dividir suas impressões, preocupações e/ou percepções sobre o papel das práticas educativas relacionados a sua escolarização. Tem-se como benefício indireto e posterior o fato de ajudar a desenvolver práticas de ensino em sala de aula como recurso educacional capaz de promover a inclusão educacional.

Os benefícios para a sociedade estarão diretamente relacionados às valiosas contribuições científicas resultantes dessa pesquisa, bem como às discussões e pesquisas sobre o ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Além disso, também existem benefícios e vantagens na reflexão sobre o processo de ensino de estudantes com deficiência no contexto de inclusão em cursos do ensino médio integrado na EPT, o que pode contribuir para aprimorar as práticas de ensino em sala de aula.

É relevante ressaltar que os resultados deste estudo serão divulgados em diferentes meios, como veículos e eventos na área da Educação, livros, artigos, capítulos de livros, entre outros. Essa divulgação tem como objetivo contribuir para o avanço da área da educação profissional e tecnológica. Essas reflexões promovem a formação e a investigação sobre as práticas educativas oferecidas, bem como suas

repercussões no processo de ensino e aprendizagem de estudantes deficientes em cursos integrados na EBPT.

Essas reflexões e pesquisas trazem benefícios significativos. Elas podem resultar em avanços científicos, gerando novos conhecimentos sobre o ensino de estudantes com deficiência na EPT. Além disso, podem aprimorar as práticas educativas, promovendo abordagens mais inclusivas e eficazes no ambiente da sala de aula. Ao divulgar os resultados, essas reflexões também têm o potencial de influenciar políticas e práticas educacionais, fomentando a inclusão e proporcionando oportunidades de aprendizado de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades e capacidades.

Riscos: Os riscos desta pesquisa são classificados como baixos (mínimos) para os participantes envolvidos. No entanto, é importante mencionar que, devido à natureza dos questionamentos, pode haver algum desconforto, já que certas perguntas podem evocar lembranças pessoais e reflexões sobre suas trajetórias de vida pessoal e profissional, potencialmente levando a diferentes sentimentos e emoções por parte dos participantes, incluindo a possibilidade de ficarem emocionados.

Caso um participante se sinta desconfortável durante a entrevista, o pesquisador irá perguntar se desejam continuar ou interromper a entrevista naquele momento. Se a entrevista for interrompida, será sugerido um outro horário para sua finalização, de acordo com a disponibilidade do participante. No entanto, é importante ressaltar que caso um participante opte por não continuar, isso não acarretará nenhum dano pessoal ou institucional para ele. A prioridade é respeitar o bem-estar emocional dos participantes e garantir que eles se sintam à vontade durante o processo de pesquisa.

Despesas e Danos: Os participantes não terão custos financeiros durante sua participação na pesquisa, nem receberão compensação financeira. No entanto, caso ocorram danos ou despesas, os participantes terão direito a indenização ou reembolso. Todos os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pelo autor do trabalho. Caso seja necessário o atendimento por um profissional de saúde, o participante em caso de danos decorrentes da pesquisa, terá direito a atendimento médico e ou de outro profissional específico em local de sua preferência, assegurado pelo responsável pela pesquisa.

Sigilo: Devido ao público restrito dos participantes não há garantia de anonimato na pesquisa, ainda que todos os cuidados sejam e serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das suas informações, tentando preservar assim a identidade de todos os envolvidos. Nenhum tipo de prejuízo ocorrerá, quanto ao seu envolvimento no estudo, pois você não sofrerá nenhum tipo de atividade invasiva ou privativa de benefícios. Os dados coletados ficarão sob responsabilidade dos pesquisadores, contra eventual extravio ou vazão de informações sigilosas, e serão armazenados por um período mínimo de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa. As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Douglas Ramos Prietsch, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT); e o orientador Dr. Maurício Ramos Lutz, professor do Instituto Federal Farroupilha. O projeto desta pesquisa, foi apreciado pelas exigências éticas e validações do Comitê de Ética (CEP) do IFFarroupilha. Toda e qualquer informação fornecida por você neste estudo serão confidenciais.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica. A razão de sua existência, direciona-se na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome, em nenhum momento da apresentação pública de dados, você será identificado(a). Informações adicionais podem ser obtidas com o autor da pesquisa ou com seu orientador conforme dados a seguir:

Pesquisador Responsável: Douglas Ramos Prietsch

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: douglas.2023100074@aluno.iffar.edu.br

Telefone para Contato: xxxxxxxxxxxxxx

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz

E-mail para Contato: mauricio.lutz@iffarroupilha.edu.br

Este documento será apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050-685 - Santa Maria, Rio Grande do Sul – Fone/Fax: (55)3218-9850 / E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/5879 - e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Douglas Ramos Prietsch, brasileira, CPF n.º xxx.xxx.xxx-xx e RG n.º xxxxxxxxxxxx, assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa apresentado acima. Pelo não cumprimento do presente termo está ciente que responderei por possíveis consequências.

Local: Data: __ / __ / ____.

Pesquisador Responsável

Declaro que estou ciente e suficientemente informado(a) sobre todos os procedimentos desta pesquisa, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao objetivo do estudo. Estou suficientemente informado(a) e esclarecido(a) que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Local: Data: __ / __ / ____ .

Nome por extenso:

Assinatura do(a) participante

Apêndice C – Parecer consubstanciado do CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT : UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO RS

Pesquisador: Douglas Ramos Prietsch

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 87304824.3.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.578.845

Apresentação do Projeto:

A pesquisa REPRESENTAÇÕES DE INCLUSÃO NA EPT : UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO RS faz parte do mestrado de Douglas Ramos Prietsch vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). O trabalho assume como escopo a temática inclusão educacional, assumindo como objetivo verificar quais são e como repercutem em seus trajetos formativos as representações de inclusão dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS, sendo vinculado à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto Inclusão e Diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são e como repercutem em seus trajetos formativos as representações de inclusão dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS? A pesquisa será um estudo de caso qualitativo. Pretende-se trabalhar com a população de estudantes com deficiência maiores de 18 anos do ensino médio integrado de uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense(IFSUL). Os dados da pesquisa serão coletados por meio de entrevista semiestruturada e analisados a partir da técnica de Análise de

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.845

Conteúdo de Bardin. (texto removido do campo Resumo da nova versão do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO").

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Verificar quais são e como repercutem em seus trajetos formativos as representações de inclusão dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS.

Objetivo Secundário:

Compreender os processos de inclusão das pessoas com deficiência na Instituição (ingresso, permanência e formação qualificada); Identificar possíveis barreiras enfrentadas pelos estudantes na seleção e durante a realização do seu curso; Conhecer as representações de Inclusão e as práticas educativas dos docentes atuantes com estudantes PCDs; Implementar um produto educacional que sirva de instrumento para auxiliar na inclusão de estudantes ingressantes num Instituto Federal do RS e/ou formação sobre deficiências para professores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

Os riscos desta pesquisa são classificados como baixos (mínimos) para os participantes envolvidos. No entanto, é importante mencionar que, devido à natureza dos questionamentos, pode haver algum desconforto, já que certas perguntas podem evocar lembranças pessoais e reflexões sobre suas trajetórias de vida pessoal e profissional, potencialmente levando a diferentes sentimentos e emoções por parte dos participantes, incluindo a possibilidade de ficarem emocionados. Caso um participante se sinta desconfortável durante a entrevista, o pesquisador irá perguntar se desejam continuar ou interromper a entrevista naquele momento. Se a entrevista for interrompida, será sugerido outro horário para sua finalização, de acordo com a disponibilidade do colaborador. No entanto, é importante ressaltar que caso um participante opte por não continuar, isso não acarretará nenhum dano pessoal ou institucional para ele. A prioridade é respeitar o bem-estar emocional dos participantes e garantir que eles se sintam à vontade durante o processo de pesquisa.

BENEFÍCIOS:

os benefícios para a sociedade estarão diretamente relacionados às valiosas contribuições

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195
Bairro: Nossa Sra. das Dores
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.845

científicas resultantes dessa pesquisa, bem como às discussões e pesquisas sobre o ensino na Educação Profissional e Tecnológica(EPT). Além disso, também existem benefícios e vantagens na reflexão sobre o processo de ensino de estudantes com deficiência no contexto de inclusão em cursos técnicos na EPT, o que pode contribuir para aprimorar as práticas de ensino em sala de aula. É relevante ressaltar que os resultados deste estudo serão divulgados em diferentes meios, como veículos e eventos na área da Educação, livros,

artigos, capítulos de livros, entre outros. Essa divulgação tem como objetivo contribuir para o avanço da área da educação profissional e tecnológica. Essas reflexões promovem a formação e a investigação sobre as práticas educativas oferecidas, bem como suas repercussões no processo de ensino e de aprendizagem de estudantes deficientes em cursos integrados na EPT. Essas reflexões e pesquisas trazem benefícios significativos. Elas podem resultar em avanços científicos, gerando novos conhecimentos sobre o ensino de estudantes com deficiência na EPT. Além disso, podem aprimorar as práticas educativas, promovendo abordagens mais inclusivas e eficazes no ambiente da sala de aula. Ao divulgar os resultados, essas reflexões também têm o potencial de influenciar políticas e práticas educacionais, fomentando a inclusão e proporcionando oportunidades de aprendizado de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades e capacidades.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um protocolo em sua 4ª submissão. Comentários no campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo apresenta TCLE. Apresenta também Carta de Anuência assinada pelo Diretor Geral do campus Pelotas do IFSul, autorizando a realização da pesquisa, desde que a mesma seja previamente aprovada pelo CEP da instituição proponente (IFFAR). Também é apresentada uma declaração, junto ao cronograma, de que as coletas só iniciarão depois da aprovação pelo CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O parecer consubstanciado do CEP, de número 7.564.674, apontou 1 óbice ético, o qual foi devidamente corrigido, como segue:

- 1) Embora os participantes da pesquisa sejam estudantes do IFSul campus Pelotas, o campo

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.845

Desenho do PB_Informações Básicas do Projeto ainda traz a seguinte informação: "Como critério de inclusão serão considerados todos estudantes com deficiência de uma unidade do Instituto Federal Farroupilha que queiram participar da pesquisa." Ainda, verificou-se que o Resumo do documento "douglas_projeto" não foi modificado e continua com a informação "Pretende-se trabalhar com a população de estudantes com deficiência do ensino médio integrado maiores de 18 anos de uma unidade do Instituto Federal Farroupilha". SOLICITA-SE: padronizar as informações em todo o protocolo. RESPOSTA: foram removidas do PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO e do Projeto_douglas as menções de que os participantes seriam estudantes do IFFAR, padronizando, desta forma, as informações. PENDÊNCIA SANADA.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do(a) relator(a).

Orientações importantes, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013:

1) Alterações no projeto aprovado, devem ser apresentadas ao CEP na forma de Emenda ou Extensão. Havendo modificações importantes de objetivos e métodos, deve ser apresentado novo protocolo de pesquisa.

2) Ao final da pesquisa cabe ao (à) pesquisador(a) responsável a apresentação do relatório final ao CEP, no formato de Notificação. Na página do CEP no portal do IFFAR constam orientações e modelo para a apresentação do relatório.

Obs: Orientações sobre a submissão de emendas, extensões ou notificações estão disponíveis no Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Um material informativo adicional está disponível na página do CEP IFFAR: <https://www.iffarroupilha.edu.br/comit%C3%AA-de-%C3%A9tica-em-pesquisa-2>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.845

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2438901.pdf	14/05/2025 09:43:34		Aceite
Outros	carta_assinado.pdf	14/05/2025 09:43:18	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_douglas.pdf	14/05/2025 09:43:07	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Cronograma	cronograma__assinado.pdf	02/05/2025 23:14:33	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DOUGLAS.pdf	30/04/2025 10:05:59	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Lista_de_checagem_assinada.pdf	03/04/2025 21:32:55	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Outros	roteiro_entrevista.pdf	03/04/2025 21:29:21	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Outros	carta_explicacoes_assinado.pdf	03/04/2025 21:28:20	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Outros	carta.pdf	09/03/2025 11:30:35	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_ifsul_processo.pdf	06/03/2025 18:28:04	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Orçamento	orcamento.pdf	28/11/2024 07:45:03	Douglas Ramos Prietsch	Aceite
Folha de Rosto	folha_De_Rosto.pdf	14/10/2024 10:20:19	Douglas Ramos Prietsch	Aceite

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 19 de Maio de 2025

**Assinado por:
Talitha Comaru
(Coordenador(a))**

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.050-685

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



Continuação do Parecer: 7.578.845

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

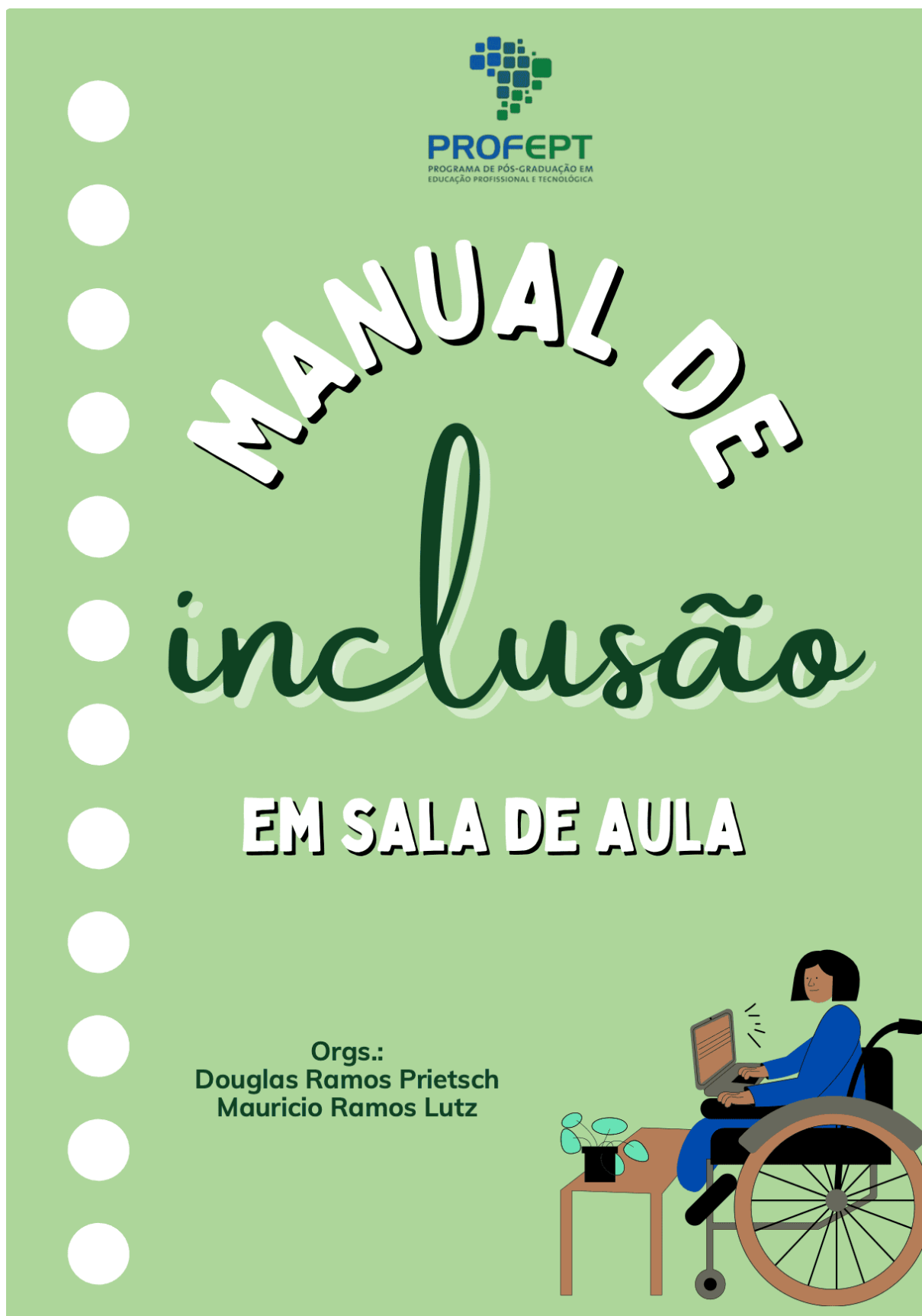
CEP: 97.050-685

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

Apêndice D – Produto Educacional



Organizadores

Douglas Ramos Prietsch
Mauricio Ramos Lutz

Projeto gráfico e diagramação

Douglas Ramos Prietsch
Mauricio Ramos Lutz

1ª edição – Junho de 2024
2ª edição – Agosto de 2025
Jaguari/RS

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P949m Prietsch, Douglas Ramos.

Manual de inclusão em sala de aula / Douglas Ramos Prietsch,
Mauricio Ramos Lutz (Orgs.). – 2. ed. – Jaguari, 2025.
20 f. : il.

Projeto gráfico e diagramação: Douglas Ramos Prietsch,
Mauricio Ramos Lutz.

Produto educacional da dissertação – Manual de inclusão em
sala de aula (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) –
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, 2025.

1. Educação inclusiva. 2. Acessibilidade pedagógica. 3.
Estratégias de ensino inclusivo. 4. Tecnologias assistivas. 5.
Avaliação inclusiva. I. Lutz, Mauricio Ramos. II. Título.

CDU 376:37.018.1

Bibliotecário responsável: Josef de Aquino Peruck – CRB-10/002653/O



APRESENTAÇÃO

Este manual tem como objetivo apoiar professores na elaboração e condução de aulas expositivas e dialogadas acessíveis, contemplando as diferentes formas de aprendizagem e garantindo o direito à educação de todos os estudantes, com ou sem deficiência.

A inclusão escolar vai além da presença física dos alunos na sala de aula. Ela envolve a criação de ambientes pedagógicos acolhedores, o reconhecimento das diferenças como parte da diversidade humana e a adoção de estratégias que promovam a participação e a aprendizagem de todos.

A acessibilidade pedagógica é um dos pilares desse processo. Significa garantir que os conteúdos, as metodologias e os recursos estejam adequados às necessidades de cada estudante, respeitando seus tempos, modos de expressão e formas de aprender. Para isso, é essencial que o professor esteja preparado para planejar suas aulas com base em princípios de equidade, justiça e empatia.

Este manual é um convite à reflexão e à ação prática. Esperamos que ele sirva como apoio cotidiano para professores comprometidos com uma educação mais inclusiva, acessível e transformadora.

Fundamentos da Educação Inclusiva

A trajetória da inclusão escolar no Brasil é marcada por avanços e desafios. Até meados do século XX, era comum que pessoas com deficiência fossem excluídas do sistema educacional regular, sendo encaminhadas para instituições especializadas.

A partir da década de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994), o Brasil passou a adotar políticas mais voltadas à inclusão. A Constituição Federal de 1988 já havia garantido o direito à educação para todos, mas foi com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que se consolidou a diretriz de incluir estudantes com deficiência nas escolas regulares, com o apoio de serviços especializados.

Hoje, a educação inclusiva é uma política pública respaldada por leis, diretrizes internacionais e compromissos com os direitos humanos.



Leis e diretrizes que sustentam o direito à educação inclusiva

Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006 / Brasil, 2008)

Reconhecida no Brasil com status de emenda constitucional, essa convenção afirma o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

Define que todos os alunos, inclusive os com deficiência, devem estar matriculados preferencialmente na rede regular de ensino, com apoio de serviços especializados.

Lei Brasileira de Inclusão Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015)

Estabelece princípios, direitos e garantias para a inclusão plena das pessoas com deficiência, incluindo o acesso à educação em igualdade de condições.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996)

Estabelece que o ensino deve adaptar-se às necessidades dos alunos, garantindo currículos, métodos e recursos adequados à diversidade.

Preparando Aulas Expositivas e Dialogadas Inclusivas



Um dos primeiros passos para garantir acessibilidade é a organização clara e legível dos conteúdos. Materiais confusos ou mal formatados podem dificultar a compreensão, especialmente para alunos com deficiência visual, dislexia ou dificuldades de atenção.

Dicas Práticas:



Fonte

Use fontes sem serifa (como Arial, Calibri ou Verdana), com tamanho mínimo 12 (preferencialmente 14 ou 16).



Fundo

Prefira fundos claros com letras escuras (ex: preto no branco ou azul escuro no amarelo).



Alinhamento

Evite usar texto justificado – alinhe à esquerda para facilitar a leitura.



Parágrafos

Quebre os textos em parágrafos curtos, com subtítulos e listas sempre que possível.



Digitalização

Utilize materiais digitais acessíveis, como Portable Document Format (PDF), que podem ser lidos por leitores de tela.

Recursos de Apoio Auditivo



Estudantes com deficiência auditiva ou surdez precisam de alternativas ao conteúdo falado. A comunicação em sala de aula pode ser ampliada com recursos visuais e textuais.

Dicas Práticas:



Quando houver alunos surdos, solicite o apoio de intérpretes de Libras.

Use legendas em todos os vídeos exibidos.

Forneça resumos escritos dos principais conteúdos.

Mantenha contato visual com os alunos durante a fala e fale de forma clara, articulada e em ritmo adequado.



Acessibilidade para deficiência visual

Estudantes com baixa visão ou cegueira exigem um cuidado especial na preparação dos materiais didáticos e na forma como as informações são apresentadas.



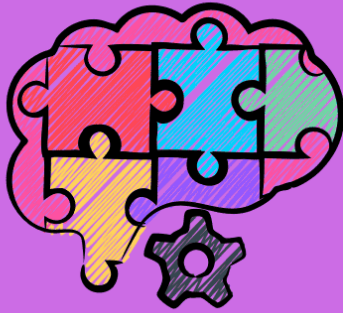
Dicas Práticas:

Produza textos compatíveis com leitores de tela, evitando imagens que contenham texto embutido.

Sempre que usar imagens, descreva o conteúdo visual verbalmente ou por escrito.

Utilize materiais táteis quando possível (gráficos em relevo, mapas com texturas).

Mantenha o ambiente da sala organizado, com circulação livre e identificação tátil, quando necessário.



Estratégias de acessibilidade cognitiva

Estudantes com deficiência intelectual, transtornos de aprendizagem ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem se beneficiar de estratégias que simplificam e estruturam o conteúdo.

Dicas Práticas:



Apresente exemplos práticos do cotidiano.

Evite sobrecarga de informações – vá por etapas.

Reforce os pontos principais oralmente e por escrito.

Use uma linguagem clara, objetiva e sem jargões desnecessários.

Estruture os conteúdos com mapas mentais, esquemas, quadros e resumos.



Estímulo à participação de todos

Uma aula inclusiva promove a interação de todos os estudantes. Isso exige abertura, escuta ativa e valorização das diferentes formas de expressão.

-  Crie momentos para perguntas e trocas entre os alunos.
-  Proponha dinâmicas em pequenos grupos, incentivando a colaboração.
-  Permita que os alunos escolham formas variadas de participar (oral, escrita, desenho, gravações de áudio/vídeo).
-  Valorize a escuta ativa e a cultura de respeito mútuo.

Tecnologias Assistivas em sala de aula



Tecnologias Assistivas são ferramentas que ampliam as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo autonomia e participação.

Exemplos úteis:

- Leitores de tela e ampliadores para pessoas com deficiência visual.
- Sistemas de Frequência Modulada (FM) ou legendas automáticas para surdos e pessoas com perda auditiva.
- *Softwares* de organização e leitura simplificada para estudantes com dificuldades cognitivas.
- Dispositivos de acesso adaptado para estudantes com limitações motoras.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com deficiência auditiva

- Estabeleça contato visual direto antes de falar.
- Utilize quadros, gestos, imagens e escrita como apoio.
- Evite falar de costas para a turma.
- Encoraje os colegas a falarem um de cada vez.
- Respeite o tempo do intérprete de Libras (se houver).
- Permita provas escritas ou com apoio visual.

Estudantes com deficiência visual

- Descreva verbalmente o que está sendo escrito ou mostrado.
- Evite usar apenas “vejam isso” — complemente com descrições.
- Forneça materiais em formato digital acessível ou em braille (se necessário).
- Use objetos concretos ou táteis para ilustrar conceitos.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com deficiência física

- Garanta acesso físico à sala e aos materiais.
- Adapte mesas, cadeiras e dispositivos para facilitar o uso.
- Permita mais tempo para tarefas e formas alternativas de realizar atividades (digitais, orais, ditadas).
- Incentive a autonomia, respeitando o ritmo do estudante.

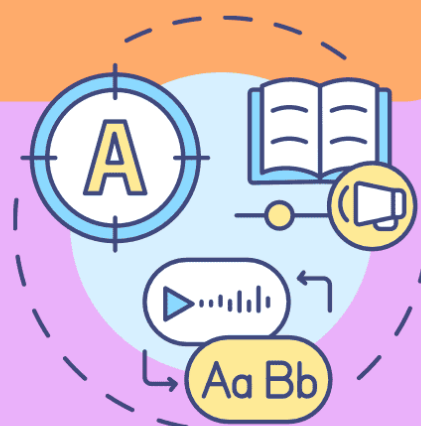
Estudantes com deficiência intelectual

- Simplifique instruções e repetições quando necessário.
- Divida as tarefas em etapas menores.
- Ofereça modelos e exemplos visuais.
- Use reforço positivo e acompanhe de perto o desenvolvimento.

Dicas por tipo de necessidade educacional

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

- Mantenha rotinas estruturadas e previsíveis.
- Antecipe mudanças na rotina.
- Use materiais visuais, pictogramas, cronogramas.
- Evite ambientes muito barulhentos ou estímulos excessivos.
- Permita espaços de pausa e regulação emocional.
- Estimule a interação com os colegas com mediação e respeito.



Avaliação Inclusiva

A avaliação inclusiva respeita as diferenças de aprendizagem e reconhece que cada estudante pode demonstrar seu conhecimento de maneiras distintas. Avaliar não é apenas atribuir notas, mas compreender o percurso do aluno.

Flexibilização de prazos e formatos

- Permita mais tempo para a realização de provas e atividades.
- Ofereça alternativas: avaliações orais, escritas, digitais, em áudio ou com apoio visual.
- Avalie o conteúdo, não a forma — considere a ideia central mais do que erros formais.
- Combine com os alunos (e suas famílias, se necessário) as adaptações possíveis.

Avaliação Formativa e Processual

- Avalie de forma contínua, observando o progresso ao longo do tempo.
- Valorize o esforço, a participação e a evolução individual.
- Dê *feedbacks* construtivos, incentivando a aprendizagem em vez da punição.

Alternativas acessíveis

- Provas orais ou com uso de Tecnologias Assistivas.
- Trabalhos em grupo, com divisão de tarefas de acordo com as habilidades de cada um.
- Autoavaliação: convide o aluno a refletir sobre sua participação e progresso.
- Atividades práticas, apresentações, portfólios ou mapas conceituais.

Exemplos de boas práticas

Modelos de atividades adaptadas:

Debates com apoio de mapas mentais e tópicos visuais.

Atividades práticas em duplas, promovendo apoio mútuo.

Cartazes e apresentações multimodais: o aluno escolhe se quer fazer um vídeo, desenho, texto ou apresentação oral.



Sugestões de dinâmicas acessíveis:

Roda de conversa com tempo para todos falarem.

Quiz coletivo, em que as perguntas são apresentadas oralmente e visualmente.

Jogos educativos adaptados com recursos táteis, imagens ou sons.



Ferramentas e Recursos Complementares

Softwares gratuitos de acessibilidade

NVDA (NonVisual Desktop Access) – Leitor de tela gratuito para Windows.

DOSVOX – Sistema voltado para usuários com deficiência visual.

Hand Talk – Tradutor automático de Português para Libras.

Plataformas educacionais acessíveis

Khan Academy, YouTube Edu – com vídeos legendados e organizados por temas.

Google Sala de Aula – permite compartilhamento de diferentes formatos de conteúdo.

Livro Acessível – acervo digital com materiais em braille, áudio e texto.

Materiais de referência e leitura adicional

MEC – Diretrizes da Educação Inclusiva.

Cartilhas do Instituto Rodrigo Mendes.

UNESCO – Educação para Todos.

Guia "Desenho Universal para a Aprendizagem" (CAST/USA).

CHECKLIST



-  O material está acessível para todos os alunos (visual, auditivo, cognitivo)?
-  A linguagem utilizada está clara, objetiva e livre de jargões desnecessários?
-  Os recursos visuais têm contraste e tamanho adequado de fonte?
-  Os vídeos têm legenda ou tradução em Libras, se necessário?
-  Há espaço para diferentes formas de participação e expressão dos alunos?
-  Os alunos com deficiência têm o suporte necessário (intérprete, leitor de tela, adaptações)?
-  A atividade pode ser realizada de maneiras alternativas (oral, escrita, digital)?
-  Há recursos tecnológicos ou físicos que promovem a inclusão?
-  Você pensou em formas de avaliação que respeitam as diferenças individuais?

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é um processo contínuo que exige compromisso, sensibilidade e aprendizado constante.

Este manual não pretende esgotar o tema, mas oferecer um ponto de partida para que professores possam refletir sobre sua prática e atuar com mais segurança e acolhimento.

Incluir é mais do que adaptar: é criar um espaço onde todos se sintam pertencentes.

Referências

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

Apêndice E – Validação do Produto Educacional

Formulário de validação de produto educacional

1. Prezado(a) Professor(a),

Este formulário faz parte da pesquisa intitulada ***Representações de inclusão na EPT: um estudo a partir da perspectiva dos estudantes com deficiência em um Instituto Federal do RS***. Este trabalho está vinculado à linha de pesquisa *práticas educativas em ept e ao macroprojeto inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na ept*, do programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR).

O objetivo desta validação é coletar impressões dos professores sobre o produto educacional componente desta pesquisa denominado ***Manual de Inclusão em Sala de Aula: Dicas para Aulas Expositivas e Dialogadas***.

Ressalto que sua participação é voluntária e suas respostas serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para esta pesquisa.

Douglas Ramos Prietsch

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) IFFAR

1. E-mail

2. Você aceita participar da pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☐ sim

☐ não

3. O manual tem uma apresentação estética agradável.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo e nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

4. A linguagem utilizada é adequada para a área.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo e nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

5. o conteúdo é relevante para minha prática profissional.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo e nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

6. Espaço para comentários, críticas, elogios ou sugestões.
